

O racismo como pilar estruturante da formação do Brasil

O Brasil tem a maior população negra fora da África. Segundo os dados oficiais do governo — subestimados pelo racismo existente — metade da população brasileira é negra, sendo que em alguns estados do norte e do nordeste esse percentual chega próximo de 80%. Apesar da enorme quantidade de dados estatísticos que demonstram como a população negra tem uma condição inferior à população branca nos mais distintos indicadores — taxa de analfabetismo, formação educacional, nível de renda, condições de moradia, taxa de mortalidade etc. —, não é necessário recorrer a esses dados para demonstrar a existência de um racismo monstruoso no Brasil. Salta aos olhos que os negros são a maioria esmagadora dos que vivem nas favelas, sofrem com as enchentes, são vítimas da violência policial, ocupam os trabalhos mais pesados e mais precários etc.

O racismo é a relação de opressão histórica que constrói e reproduz essa condição subjugada dos negros na sociedade. Ou seja, é não somente a condição desigual em si, mas também os mecanismos de reprodução histórica das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que constituem e sustentam tal desigualdade.

O racismo que considera o negro inferior por argumentos genéticos foi a base ideológica das relações de produção predominantes durante a escravidão. Essa ideologia diz que os imigrantes europeus foram necessários porque os negros eram “indolentes e preguiçosos”. É o mesmo que diziam dos índios no início da colonização. Mas, assim como no caso dos índios, a suposta “indolência e preguiça” dos negros do ponto de vista dos brancos capitalistas eram, na verdade, a rebeldia e a revolta permanente que os negros protagonizaram frente às condições de opressão e exploração que sofriam, que adquiria um conteúdo ameaçador na medida em que compunham a maioria esmagadora da população. Combinado com as necessidades técnicas da indústria, esse foi o motivo principal da política de importação do imigrante europeu como força de trabalho por parte da burguesia nascente, utilizado especialmente nos polos mais dinâmicos da economia - ainda que tais polos não pudessem se desenvolver sem contar também com a presença da força de trabalho negra. A importação do imigrante branco europeu, diferentemente de estar em função de uma suposta incapacidade do negro de se adaptar ao trabalho assalariado (que em grande parte já fazia), esteve a serviço de impedir que a rebelião negra que vinha atravessando a colônia e o império fosse um entrave para a economia capitalista em desenvolvimento e a estabilidade política nacional, assim como de criar uma camada de setores médios de cor branca que reproduzisse o racismo da elite dominante, introduzindo uma profunda divisão nas massas exploradas e oprimidas do país. Ou seja, a importação do imigrante europeu por parte da burguesia respondia a uma combinação de necessidades econômicas e políticas. Por um lado, a burguesia buscava criar uma divisão adicional nas fileiras operárias, colocando a maioria dos imigrantes brancos nos polos mais dinâmicos da economia e a maioria dos negros nos trabalhos mais precários. Por outro lado, fazendo com que os negros integrassem a maior parte do exército de

reserva de desempregados e a maior parte dos empregos mais precários, o racismo transformou-se em um instrumento nas mãos dos capitalistas para rebaixar o custo da força de trabalho geral do país.

O racismo velado da “democracia racial”

Com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o racismo de tipo genético foi substituído por outro tipo de racismo, que se baseou numa ideologia que nega a existência do próprio racismo: a chamada “democracia racial”, que até hoje predomina nas classes dominantes brasileiras e seus agentes das classes médias e subalternas. A “democracia racial” enxerga a desigualdade social separada das condições histórico-estruturais que compuseram suas bases e que garantem sua reprodução, encarando a miscigenação e o distanciamento em relação à condição escrava como um gradualismo que tende a colocar a população negra em situação de igualdade à população branca juntamente com o crescimento econômico capitalista e o desenvolvimento da democracia burguesa. A compreensão marxista do racismo, ao contrário, parte de que este foi originado pela espoliação imperialista do continente africano, que escravizou os povos que ali viviam, assassinou-os em massa, sequestrou-os, deportou-os para outros continentes amontoados em navios, onde morreram aos milhares por doenças, e posteriormente, explorou sua mão de obra escrava ou barata para colocar de pé o capitalismo em várias partes do mundo, dando lugar a sistemas de opressão que se constituem como componentes histórico-estruturais das relações sociais e econômicas que formaram o capitalismo de vários países, como é o caso do Brasil.

A ideologia da “democracia racial” só pôde se constituir a partir da operação ideológica de dimensão histórica que apaga toda a heroica trajetória de resistência e luta do povo negro contra a escravidão e posteriormente contra sua condição subjugada no capitalismo semicolonial. Se a história das revoltas e dos levantes negros contra a opressão

e a exploração não fosse apagada pela historiografia dominante, seria impossível ter-se construído a ideologia de um povo “pacato e pacífico” que a burguesia e seus sequazes fazem questão de cultivar. Seria impossível construir o discurso das relações de “influência mútua” entre a Casa Grande e a Senzala, entre o negro escravizado e o branco explorador. Não se poderia vender por tantas décadas o mito mentiroso de que os negros foram “libertados” pela Princesa Isabel.

A exploração necessária à acumulação de capital no Brasil, espremida entre a opressão imperialista, a preservação do latifúndio e a luta negra, não poderia desenvolver as forças produtivas no país sem um maior grau de “integração” racial, sob pena de ter que enfrentar uma revolução negra como a ocorrida no Haiti. A “democracia racial” busca se justificar no fato de que o racismo nos EUA, diferentemente do Brasil, era institucionalizado, constituindo um sistema de segregação racial (Jim Crow) normatizado pela Constituição.

Entretanto, apesar de, no Brasil, a institucionalização do racismo se dar através de uma ideologia que nega sua existência, enquanto nos EUA esta institucionalização se expressa numa legislação que o reconhece, tanto lá como cá o negro se insere no modo de produção capitalista de maneira subordinada e inferior em relação à do operário branco. A inexistência, no Brasil, de uma aristocracia operária que pudesse materialmente se descolar das massas negras mais exploradas e oprimidas, como pôde acontecer nos EUA, foi um dos motivos fundamentais para que nas terras tupiniquins não tenha sido possível desenvolver uma segregação racista institucionalizada pela constituição.¹

Os negros que viviam nas cidades eram privados dos direitos mais elementares, como educação e saúde, além de sofrerem uma brutal

¹ Nos EUA, além dos negros serem uma minoria da população, as leis de segregação racial fizeram parte de uma contrarrevolução necessária para a burguesia golpear os negros depois que precisou libertá-los e armá-los para lutarem na Guerra Civil do Norte capitalista contra o Sul escravocrata.

discriminação racial em restaurantes, clubes, bares e demais locais públicos. Numa “república” censitária, na qual votavam os que tinham dinheiro e não votavam os analfabetos, a maioria esmagadora do povo negro era completamente excluída de toda e qualquer decisão política. A repressão estatal e paraestatal — seja ela mais explícita nos momentos de ditadura militar ou mais velada nos momentos de democracia burguesa — constituiu-se como o mecanismo essencial de domínio para lidar com as explosivas contradições sociais resultantes de uma estrutura marcada por enormes contingentes de miséria crônica e monstruosa desigualdade social. Esse sistema de domínio e exploração, no qual cada parte é inseparável da outra, constitui a base histórico-estrutural que determina a relação orgânica entre o racismo, o latifúndio, as favelas, o trabalho precário e a repressão estatal na formação do capitalismo e do Estado brasileiro, como moléculas de um mesmo DNA que está na estrutura do “projeto de país” das elites dominantes. Ou seja, a formação do capitalismo no Brasil estabeleceu uma relação orgânica entre a questão negra, a questão agrária, a questão urbana, os direitos trabalhistas, o salário digno, os direitos civis e os direitos democráticos mais elementares.

Sem a reprodução histórica do racismo contra o povo negro, ou seja, sem a negação do direito ao negro de afirmar sua identidade racial ligada a sua condição social e, com isso, afirmar-se a si mesmo como sujeito, seria impossível impedir que os negros se assentassem na imensidão de terras férteis e improdutivas do país para cultivar sua subsistência, que a classe operária se afirmasse como sujeito político independente da burguesia, que as favelas se desenvolvessem como focos de permanentes rebeliões sociais que colocassem em xeque a estabilidade política nacional.